

Os Militares e a Inconfidência

*Marcos Ribeiro Corrêa**

Resumo: Comunicação apresentada na sessão do NEPHIM de 4 de junho de 2002, distingue, à luz dos entendimentos modernos da História, os verdadeiros objetivos da Conjuração (Inconfidência) Mineira, considerando as realidades brasileiras na ocasião em que foi deflagrada, e examina a participação de 13 militares no movimento que não considera revolucionário, mas uma tentativa malsucedida de sedição.

Palavras-chave: Inconfidência (Conjuração) Mineira, Visconde de Barbacena.

À luz dos entendimentos modernos da História, a Conjuração Mineira não pode ser considerada um movimento revolucionário, mas, quando muito, uma tentativa malsucedida de sedição, rapidamente abortada no nascedouro.

Em que pese o grande conteúdo sentimental que leva os brasileiros a dar ênfase desmesurada aos acontecimentos de Minas Gerais, atitude assumida pela maioria dos que defendem ideais republicanos, em particular depois da proclamação da República, nada houve de realmente positivo nas ações dos conjurados.

Todos eles agiam desligados da realidade, pairando sonhadoramente no reino encantado das lucubrações literárias de

seus principais chefes, movidos por impulsos originários de doutrinações vindas de outras sociedades cultural e politicamente mais adiantadas. Seus objetivos eram nobres e de grande significação, mas desligados totalmente da realidade brasileira naquela ocasião.

A situação da colônia era, em geral, de calma e paz. A não ser nas Minas Gerais, onde a cobrança de impostos atrasados poderia gerar inquietações, nada parecia perturbar a vida da população. A discretíssima atuação das sociedades secretas, que trinta e poucos anos depois levaria à Independência, ainda era pouco sentida, além de estar apenas começando. Os intelectuais tinham conhecimento do que se passava no exterior, tanto através dos livros que conseguiam, de alguma forma, receber, como

* Economista, sócio titular do IGHMB.

pelas notícias que os viajantes e os estudantes que retornavam da Europa lhes traziam. Eles vinham de Coimbra e de outras universidades européias, onde as idéias revolucionárias circulavam abertamente.

A Independência norte-americana excitava as mentes mas não era conhecida da grande massa, e nem mesmo da sociedade em geral. A Revolução Francesa ainda nem começara. Sentia-se no ar que algo não tardaria a acontecer, tanto mais que a Viradeira, movimento reacionário ocorrido em Portugal após a queda de Pombal, derrubara do poder todos aqueles que professavam idéias políticas mais avançadas.

Os conjurados, divididos em dois grupos, seguiam ouvindo, em reuniões semi-abertas, as intermináveis tertúlias de poetas e de visionários. O grupo, cuja liderança era exercida por Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, pensava em república em Minas, com ou sem a adesão das demais capitânicas. Já o grupo do cônego Luís Vieira da Silva, o brasileiro mais erudito da época, era mais moderado, propugnando por uma monarquia tipo inglesa, o Brasil como um reino unido a Portugal, solução que garantiria a sobrevivência do Brasil como um todo. Essa divisão refletia aquela que existia na Maçonaria, mola, na época, de todos os movimentos libertários.

O povo não entrou em momento algum nas cogitações dos conjurados. Partiam do pressuposto de que, como representavam a elite da capitania, o que decidissem seria aceito incondicionalmente pelo resto da população. Contavam, além

disso, que a derrama, já programada, criasse o ambiente propício para a revolta. Quanto às tropas, elas seguiriam disciplinadamente as ordens de seus oficiais, na sua maioria, de certo modo, comprometidos com a conjuração.

Essas tropas faziam parte do Regimento de Cavalaria Paga, criado em 1775, e cujo comando cabia, teoricamente, ao capitão-general governador da capitania. O novo governador recém-empossado era o Visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, de quem se diz que, no mínimo, era maçom ou virtualmente, desde a universidade, ligado à Maçonaria. Viera para as Minas Gerais por influência da família, que o queria ver afastado das garras da polfícia e da Inquisição. Era público e notório que simpatizava com as idéias democratizantes dos iluministas, trazidas para Portugal por Pombal e seus amigos, mas era monarquista e leal à Rainha Dona Maria I; dava-se bem com a maioria dos conjurados e, provavelmente, estava bem-informado das maquinações, não tomando qualquer medida para coibir as reuniões. Suspendeu a derrama quando sentiu que, se a mantivesse, estaria dando cabais razões à Conjuração. Estava desarmada a bomba que parecia prestes a explodir. Surpreendeu-se, porém, quando o grupo dos exaltados republicanos mantiveram em curso as reuniões, já agora com uma conotação cada vez mais subversiva, com sinais evidentes de incitação à indisciplina no seio da tropa.

Delas participava assiduamente o culto Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, fluminense, filho natural do

2º Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, que governara a capitania entre 1752 e 1758, e, depois, fora governador do Sul do Brasil. Ele era o virtual comandante do regimento, já que o governador tinha suas funções administrativas a desempenhar. Não podia, portanto, ignorar que os mais exaltados, cujo principal porta-voz era o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, planejavam aprisionar o governador e, eventualmente, se houvesse resistência, até matá-lo.

O que poderia se seguir a isso era imprevisível, levando-se em conta a existência, na região, de um número muito grande de escravos e de desocupados, por conta da crise na mineração. Era uma combinação que, numa situação de indisciplina na tropa, poderia deflagrar uma tremenda balbúrdia. Não foi outra a razão pela qual, dentre os militares envolvidos, à exceção do Alferes Xavier, foi o único condenado, não tendo conseguido retornar ao Brasil. A nação, uma vez independente, reconheceu seu sacrifício, pois seu filho chegou a general no Segundo Reinado, tendo sido agraciado, inclusive, com o título de Barão de Itabira.

Outro militar de alta patente que tinha conhecimento de tudo o que se passava era o Tenente-Coronel Francisco Antônio Rabelo, ajudante-de-ordens do governador e português de nascimento. Era amigo de todos os conjurados, tendo provado na devassa que não participara das reuniões subversivas. Foi o enviado do governador à Lisboa para explicar aos ministros e ao regente o que realmente se passara em Minas. Tão bem se houve na missão que foi promovido a coronel. Retornou a Minas,

onde permaneceu até 1799 e, quando voltou ao Reino, foi promovido a general, morrendo antes da invasão francesa.

O subcomandante do regimento era o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, outro português. Era muito ligado aos conjurados, principalmente ao Alferes Xavier que, mercê de seus conhecimentos de ervas, havia curado uma de suas filhas. Interrogado na devassa, convenceu que não tivera participação ativa na conjuração. Permaneceu no regimento até 1811, atingindo o posto de brigadeiro ao passar para a reserva.

Dos capitães, o mais envolvido com a Conjuração era o mineiro Maximiano de Oliveira Leite, tetraneto do bandeirante Fernão Dias Paes e ligado por laços de parentesco às principais famílias da região. Substituíra o Alferes Xavier no comando do Destacamento do Caminho do Rio, posição de extrema importância no caso de uma possível vitória. Chegou a ser preso, mas provou que não estava em Vila Rica por ocasião das reuniões subversivas; para isso, consta que pagou com barras de ouro a liberdade. Por via das dúvidas, embrenhou-se nos sertões de Paracatu, desaparecendo por completo. Tinha fama de frouxo, ou melhor dito, de efeminado.

Outro que desapareceu da História, no rumo dos sertões baianos, foi o mineiro Capitão Manuel da Silva Brandão, comandante do Destacamento Diamantino, dado como maçom. Ninguém o perseguiu.

Livre de complicações, porque literalmente morreu de medo, ficou o português Capitão Antônio José de Araújo. Também livres ficaram os tenentes José Antônio de

Melo e Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira, ambos brasileiros e dos quais pouco se sabe. Provaram que não estavam em Vila Rica na época das reuniões subversivas.

O mesmo fizeram os alferes Matias Sanches Brandão e Antônio Gomes de Oliveira, ambos mineiros e citados na devassa. Provaram que não compareceram às reuniões fatídicas. O porta-estandarte Francisco Xavier Machado, português, promovido a alferes no lugar de Tiradentes, era grande amigo dele e fora recentemente curado por ele no Rio de Janeiro. Estava há bastante tempo de licença para tratamento de saúde, podendo assim provar que não comparecera às tais sessões. Sua mais importante missão, ultimamente, fora avisar ao Alferes Xavier que estava sendo procurado para prendê-lo. Fez carreira nas Forças Armadas do Reino e do Primeiro Reinado, chegando a coronel.

Da tropa, ninguém é mencionado na devassa. Ausência de participação ou deliberado esquecimento? Isso só poderia ter partido do Visconde de Barbacena, figura enigmática, que merece um estudo mais profundo para melhor ser compreendido. Tudo indica que ele conhecia tudo do movimento e, enquanto esteve convencido de que ele não ameaçava realmente a segurança da capitania, nada fez para cerceá-lo nem para punir fosse lá quem fosse. Envolver a tropa no episódio não traria nada de bom. Ainda mais que não se punira, praticamente, quase nenhum dos oficiais.

Voltando ao reais implicados, é evidente que seu comportamento foi, em geral, mui-

to descuidado, pois não guardavam o menor sigilo com relação ao que tramavam. Tentavam aliciar – principalmente o Alferes Xavier – qualquer um que lhes desse ouvidos. Era voz corrente em Vila Rica o que estava se passando, mas o povo mesmo se mantinha completamente alheio, o que parece ter ocorrido no seio da tropa. Há apenas referências vagas, não comprovadas, à atuação do Aleijadinho e de sua gente. Os profetas talhados pelo artista seriam a representação dos conjurados. Mais nada.

Na realidade, o Visconde de Barbacena tinha um plano, bem-sucedido na sua execução, qual seja: o de evitar que a disciplina fosse quebrada. Já frisamos que, se grassasse a indisciplina numa região como as Minas Gerais, importantíssima para Portugal, onde o número de escravos era muito grande em relação ao resto da população, existia a possibilidade de, numa ausência temporária de autoridade, haver movimentos incontrolláveis de rebeldia, cujo desfecho seria imprevisível. A situação de caos no Haiti, que ocorreu mais ou menos na mesma época, poderia ter tido lugar antes, aqui no Brasil.

A situação era muito delicada. Nenhum dos oficiais aqui mencionados, embora de alguma forma envolvidos na trama, iniciou as denúncias nem foi punido por não o ter feito. As denúncias partiram de oficiais honorários, titulares de posto em regimentos de tropas de 2ª e 3ª linhas. Tanto Joaquim Silvério dos Reis quanto Domingos de Abreu Vieira estavam nessa situação, da mesma forma como outros que testemunharam na devassa, todos portando tí-

tulos pomposos da hierarquia militar. Eram, em geral, portugueses endividados com o Erário Público e malquistos pela sociedade local, que os considerava meros aproveitadores.

E, ironia da História, Joaquim Silvério dos Reis casou-se com uma cunhada do General Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias, e mais tarde regente do Império. Um de seus filhos, brasileiro convicto, lutou bravamente junto com seu primo.

Enfim, o Visconde de Barbacena deu boa conta de seu projeto, garantindo a disciplina da tropa e a segurança da capitania. Ao mesmo tempo, por um portador de confiança – o seu ajudante-de-ordens –, fazia chegar ao conhecimento do Trono um relatório em que os fatos eram descritos pela sua ótica, de molde a não ser apanhado em momento algum numa falha. Seu sucesso foi tal que, ao retornar à Lisboa foi muito bem-recebido, como um governador que soubera evitar o pior, tendo sido agraciado com a promoção a conde. Sem esquecer seus antigos amigos, tudo fez para aliviar a situação dos clérigos conjurados que cumpriam pesadas penas em vários conventos de Lisboa. Com tempo, é o principal advogado pela comutação de suas penas. Dessa for-

ma, o cônego Luís Vieira da Silva conseguiu retornar ao Brasil e, na clandestinidade, organizar a estrutura definitiva da Maçonaria Brasileira.

Vimos, assim, que a participação dos militares na Inconfidência, que preferimos chamar de Conjuração, pautou-se sempre pelo respeito à disciplina e à hierarquia, mola mestra de qualquer força armada. Quando ficou patente que se caminhava para uma situação insustentável e de profunda periculosidade para a sociedade mineira, a oficialidade do Regimento de Cavalaria Paga de Minas Gerais soube recuar para posições sólidas, para o que contou com o apoio do governador.

Assim, só o comandante, que deixara que a indisciplina e a quebra de hierarquia invadissem o quartel, foi punido. O Alferes Xavier, ao assumir, deliberadamente, responsabilidades maiores do que as que eram realmente suas, atraiu para si todo o rigor da lei e por isso mereceu o castigo. Sua corajosa atitude salvou a vida de todos os seus colegas de conjuração.

Os outros militares envolvidos foram, em sua maioria, até o fim de suas carreiras, tanto nas tropas coloniais quanto nas do reino e, até, nas do Império.



BIBLIOGRAFIA

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976 a 1983, 10 volumes.

Jardim, Márcio. *A Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 579.